

Problema da dívida requer democracia

22 JUN 1989
Oded Grajew

A questão da dívida externa brasileira tem consumido milhares de toneladas de papel entre artigos, publicações, livros, pesquisas, pareceres, teses acadêmicas, etc. Inúmeras horas de debates, exposições e discursos sobre esse assunto produziram um faturamento adicional aos fabricantes de água mineral que geralmente é servida para aliviar o esforço dos oradores. Apesar desse empenho, o problema permanece e se agrava. Esse fato é altamente preocupante, pois o correto equacionamento dessa complexa questão é condição necessária para a retomada do crescimento, aumento e melhor distribuição de renda do povo brasileiro. Caso contrário, a perspectiva é de estagnação, empobrecimento, desesperança.

Ciente da gravidade e essencialidade do problema, o grupo de coordenadores do PNBE, acompanhado do líder sindicalista Luis Antonio de Medeiros, esteve nos Estados Unidos mantendo encontros com autoridades do Departamento de Estado, Departamento do Tesouro, Banco Mundial, FMI, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Congresso, Secretaria do Comércio, acadêmicos, bancos comerciais, ONU e sindicatos de trabalhadores norte-americanos.

A cada reunião foi-se desenhando com maior nitidez a causa do fracasso brasileiro, incapaz de livrar o País do garrote que o estrangula.

Em todos os encontros foi marcante a força que a representatividade conferia aos interlocutores americanos. Os banqueiros privados falavam em nome dos seus acionistas, os congressistas em nome dos eleitores. Nos departamentos de Estado e Tesouro prevalecia a voz dos contribuintes. No FMI, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e ONU, o poder está com os países-membros. Na Secretaria de Comércio prevalecia o interesse dos empresários e nos sindicatos, os trabalhadores definiram as posições de seus líderes.

Todos defendiam legitimamente os seus interesses e deixavam claro a dificuldade que teriam para ajudar a resolver, de forma definitiva, o problema da dívida externa brasileira.

Sabemos que o Brasil ne-



cessita urgentemente retomar o crescimento, investir em áreas produtivas para oferecer emprego e aumentar a renda, em áreas sociais para melhorar a qualidade de vida de nossa população. Para isso é necessária a diminuição da remessa de divisas para o exterior.

Sentimos que lá fora ninguém quer pagar o custo necessário. Eleitores, contribuintes, acionistas, países-membros, sócios e sindicalizados defendem, legitimamente, os seus interesses.

Estamos diante de uma dura negociação. A atual situação do Brasil mostra o péssimo resultado para o País de acordos anteriores. E não é de estranhar. Em nome de quem falavam nossos negociadores? Qual foi a participação da sociedade, trabalhadores, empresários e Congresso nas discussões? Que nível de informações e debates precederam os acordos?

Pela falta de legitimidade e democracia nossos negociadores se tornaram vulneráveis e inferiorizados.

É fundamental o engajamento da sociedade no processo. Precisamos saber que país queremos e estabelecer os meios para atingir essa meta. É necessário esclarecer a cada brasileiro a influência que a dívida externa tem a ver com seu dia-a-dia. A sociedade deve ser informada para poder participar. Trabalhadores, empresários, Congresso Nacional devem chegar a um projeto viabilizado através de uma negociação em termos aceitáveis, consensuados e outorgados como base de discussão aos nossos delegados. Com esse respaldo nossos representantes se tornariam extremamente fortes, legítimos, soberanos, impondo respeito e defendendo dignamente e com grandes chances de sucesso os nossos interesses.

Estamos com uma missão do FMI no Brasil e que provavelmente fechará um acordo com o Brasil extremamente lesivo aos nossos interesses, repetindo modelos anteriores em que poucas pessoas decidem sem a participação da maior parte da população e de seus representantes.

O autoritarismo ilude por sua aparência e esconde a fragilidade oriunda do não engajamento da sociedade no processo. A questão da dívida externa ilustra mais uma vez o enfraquecimento da Nação por falta de democracia.

Oded Grajew é presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (Abrinq) e um dos coordenadores do PNBE.